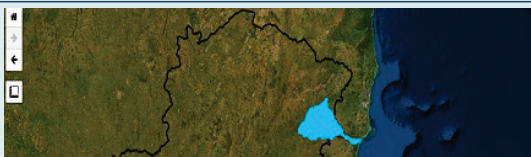


## Igam apresenta nova base de dados hidrográficos atualizada e melhorada



O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) implementou a nova Base Hidrográfica Otocodificada 2021. O trabalho apresenta uma série de melhorias em relação à antiga base hidrográfica Otocodificada, de 2010, como integração de informações, consultas a trechos de cursos d'água, além de informações físicas, socioeconômicas e hidrológicas. Com a atualização, vários tipos de análise serão facilitadas e muito mais ágeis de se realizar.

A Base Hidrográfica Otocodificada é gerada a partir da cartografia digital da hidrografia do país e organizada de modo a gerar informações hidrológicas consistentes. A nova base possibilita integrar os diversos planos de informação a respeito dos usos de recursos hídricos e da disponibilidade dos cursos d'água. Isso é feito com uma associação de dados tabulares aos elementos espaciais, preservando a consistência hidrológica dos conteúdos. Dessa forma, a localização espacial do dado é considerada, o que é essencial a um sistema de fluxos unidirecionais como a rede hidrográfica.

Uma característica essencial dessa representação é ser topologicamente consistente, isto é, representar corretamente o fluxo hidrológico dos rios, por meio de trechos conectados e com sentido de fluxo. O Igam fez um trabalho de recorte da nova base para atender ao estado de Minas Gerais e, após o recorte, foi feito um trabalho de consistência topológica, eliminando sobreposições e pequenos buracos contidos na base.

A Base Hidrográfica Otocodificada de Minas Gerais foi segmentada em 17 bacias hidrográficas de rios de domínio da união, sendo: São Francisco (SF), Grande (GD), Doce (DO), Jequitinhonha (JQ), Paranaíba (PN), Paraíba do Sul (PS), Pardo (PA), Mucuri (MU), São Mateus (SM), Piracicaba e Jaguaré (PJ), Buranhém (BU), Itabapoana (IB), Itanhém (IN), Itapemirim (IP), Itaúnas (IU), Jucuruçu (JU), Peruipe (PE).

A nova Base Hidrográfica Otocodificada 2021 do Igam pode ser consultada nesse link.

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2655-igam-apresenta-nova-base-de-dados-hidrograficos-atualizada-e-melhorada>



## Fiquem ligados!

### [Prazo de envio de trabalhos para a Revista Mineira de Recursos Hídricos encerra em 31 de outubro](#)

Termina em 31 de outubro o prazo para submissão de artigos e notas técnicas científicas ao segundo volume da Revista Mineira de Recursos Hídricos (RMRH). O fechamento do volume ocorre em dezembro deste ano e pode ser consultado neste link. Os autores poderão enviar seus trabalhos pelo [site do periódico](#).

A Revista Mineira de Recursos Hídricos é uma iniciativa do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), publicada anualmente em formato eletrônico e com fluxo contínuo de recebimento e publicação. O objetivo é conhecer e disseminar pesquisas científicas novas e relevantes na área de planejamento e gestão de recursos hídricos.

Os trabalhos encaminhados devem apresentar discussões sobre recursos hídricos e temas relacionados, abrangendo subáreas como o planejamento integrado em recursos hídricos, instrumentos de gestão e econômicos, tecnologia e problemas sanitários de irrigação, águas subterrâneas e poços profundos, hidrometeorologia, análises qualitativas e quantitativas, sistemas de informação, questões sociais relacionadas, regulação do uso, controle de enchentes e de barragens, sedimentologia, gestão pública, usos e reuso da água, aproveitamento hidrelétrico, direito e normas relativas aos recursos hídricos.

As condições para submissão estão disponíveis no site da Revista, na aba 'Submissões', sendo admitidos trabalhos originais e inéditos, que não estejam sendo avaliados por outra revista e que pelo menos um dos autores possua título de mestre ou doutor. No site também está disponível para download os templates, de uso obrigatório, com instruções detalhadas sobre dados a serem enviados, seu formato, bem como normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que devem ser utilizadas.

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2657-2021-09-13-19-21-46>

## Igam prorroga situação de escassez hídrica em porção da Bacia do Rio Suaçuí Grande



O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), por meio da [Portaria nº 68](#), publicada em 1º de setembro no Jornal Minas Gerais, prorrogou até 15 de outubro de 2021 a declaração de situação crítica de escassez hídrica superficial na porção hidrográfica localizada à montante da estação fluviométrica São Pedro do Suaçuí, no Rio Suaçuí Grande e sua bacia de contribuição.

De acordo com a normativa, serão mantidos os limites e restrições de uso para captações de água definidos pela Portaria Igam nº 43/2021, publicada em 12/06, declarando situação de escassez hídrica na região.

A situação crítica foi identificada pelo Igam por meio do monitoramento dos níveis do Rio Suaçuí Grande (CH Do4), que apontaram vazões abaixo de 50% da vazão de referência Q7,10. A definição da ocorrência de situação crítica de escassez segue os critérios estabelecidos pela Deliberação Normativa CERH nº 49, de 25 março de 2015, alterada pela Deliberação Normativa CERH nº 50, de 9 de outubro de 2015. A Q7,10 é a vazão de referência usada pelo Igam para avaliação da disponibilidade hídrica.

No caso de não cumprimento das restrições de usos impostas na Portaria, serão suspensos totalmente os direitos de uso de recursos hídricos dos infratores até o prazo final de vigência da situação crítica de escassez hídrica. Ficam também suspensas as emissões de novas outorgas de direito de uso dos recursos hídricos, bem como solicitações de retificação de aumento de vazões ou volumes captados na área decretada pela Portaria.

A critério do Igam poderão ser concedidas outorgas para os usos considerados prioritários pela legislação de recursos hídricos, bem como para aqueles necessários à minimização dos impactos relativos à declaração de situação crítica de escassez hídrica e de restrição de uso.

Para acessar os dados completos sobre as porções hídricas com declaração de escassez, incluindo mapas, lista de outorgas afetadas, entre outros, [clique aqui](#).

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2656-igam-prorroga-situacao-de-escassez-hidrica-em-porcao-da-bacia-do-rio-suacui-grande>

## Igam dá início à elaboração de Plano Mineiro de Segurança Hídrica



O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) irá contratar uma empresa de consultoria especializada para a elaboração do Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH). O trabalho vai durar 15 meses e o produto final será uma das ferramentas para a gestão dos recursos hídricos em Minas Gerais.

Além de subsidiar a gestão de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais, o PMSH irá definir áreas prioritárias para atuação do Estado com vistas à segurança hídrica, hierarquizando-as e estabelecendo a urgência para a implementação das ações por unidade de planejamento.

Também irá propor um banco de projetos com a definição de ações estruturantes (obras de infraestrutura) e não-estruturantes (infraestrutura verde e medidas de gestão) organizadas em três eixos de atuação: conservação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos relacionadas à água; produção sustentável e uso racional dos recursos hídricos; saneamento, controle da poluição e obras hídricas.

Por fim, irá propor um plano de comunicação, mobilização e educação ambiental visando difundir informações e conhecimentos no contexto da implementação do PMSH.

O PMSH está num contexto em que o Igam busca ampliar a segurança hídrica no estado, a partir da promoção de ações integradas e permanentes, com a finalidade de revitalização de bacias hidrográficas. Também pretende realizar ações para conservação e recuperação da cobertura vegetal e da biodiversidade, manutenção da quantidade e qualidade da água, controle da poluição, uso racional dos bens e serviços ecossistêmicos e garantia de sua provisão, principalmente daqueles associados à água.

A contratação da consultoria especializada terá recursos do convênio formalizado com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), no contexto do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas, que se destina à conservação, recuperação, manejo e uso sustentável desses recursos naturais em situação de vulnerabilidade a partir de ações integradas entre estados e o governo federal. Além disso, o Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH) será viabilizado financeiramente pelo Governo Estadual, por meio do Programa Somos Todos Água.

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2658-igam-da-inicio-a-elaboracao-de-plano-mineiro-de-seguranca-hidrica>

## Vistoria do Sisema avalia ações de recuperação ambiental na Bacia do Rio Paraopeba



O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), por meio da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), realizou nova vistoria no território afetado pelo rompimento da Barragem B1 da mineradora Vale, ocorrido em janeiro de 2019, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A fiscalização, realizada entre os dias 25 e 27/08, ocorreu em áreas dos municípios de Papagaios, Paraopeba e São José da Varginha e teve como objetivo supervisionar as ações de recuperação ambiental realizadas na região.

Os analistas do Sisema vistoriaram as estruturas das Estações de Tratamento de Água Fluvial (ETAF-1 e ETAF-2), além das intervenções realizadas para cessar o carreamento de rejeitos e sedimentos do Ribeirão Ferro-Carvão para o Rio Paraopeba. Foram também avaliadas as obras de estabilização e reforço da estrutura remanescente da barragem B1, na Mina Córrego do Feijão, e os pontos de monitoramento da qualidade da água, além das atividades de dragagem no Rio Paraopeba.

Durante a fiscalização, foi realizada também vistoria nas estruturas de implantação do novo ponto de captação de água para abastecimento público no Rio Paraopeba, localizado a montante da confluência com o Ribeirão Ferro-Carvão. A estrutura irá integrar o Sistema Rio Manso, mantido pela Copasa, contribuindo para o abastecimento da RMBH.

O novo ponto de captação deverá fornecer um volume de 5m³/s para o Sistema Rio Manso. A obra é executada pela mineradora Vale e deverá ter a operação iniciada em fevereiro de 2022, quando será repassada à Copasa, após período de transição.

O Sisema realiza o acompanhamento in loco das obras de recuperação ambiental, periodicamente, com metas bimestrais. Os relatórios técnicos de fiscalização são encaminhados à mineradora Vale com prazo definido para as ações recomendadas ou esclarecimentos requeridos. Além do acompanhamento sistemático dos órgãos que integram o Sisema, o trabalho de recuperação da área afetada também é acompanhado e supervisionado por uma auditoria independente contratada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

<http://comites.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/580-vistoria-do-sisema-avalia-acoes-de-recuperacao-ambiental-na-bacia-do-rio-paraopeba>

## CERH realiza primeira reunião após publicação do novo Decreto que alterou sua estrutura



O Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH/MG realizou no dia 28/09/2021 a primeira reunião após publicação do [Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021](#) que dispõe sobre a nova estrutura do Conselho.

A 125ª reunião plenária teve pontos de pauta relevantes. O Igam e as Entidades Equiparadas às Agências de Bacias (Agência Peixe Vivo; ABHA Gestão de Águas e Agevap) apresentaram o panorama dos 10 anos da implantação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos no estado de Minas Gerais. Houve também a apresentação sobre a avaliação do Programa de Estímulo à divulgação de Dados de Qualidade de Água - Qualiágua em Minas Gerais e a apresentação do relatório Progestão das metas federativas 2020 e desembolso dos recursos do programa transferidos ao Estado.

Na reunião também foram aprovadas a Deliberação que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba (PN1) e a Deliberação que aprova o Relatório Anual de Certificação do Alcançe das Metas do período 2020, referente ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS. Já a Deliberação que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba (PN3) não foi aprovada na reunião, pois a COPASA solicitou pedido de vistas do documento.

Para assistir na íntegra a 125ª Reunião Ordinária do CERH/MG, [clique aqui](#).

<https://www.youtube.com/channel/UCHU11Ab462m8py3C1sJ4w>